

ATA DA 91ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ORIENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO SIOPS (CT/SIOPS).

Às 9h10 do dia 06 de abril de 2016, na sala 479 (sala de reunião do DESID), localizada no Edifício Anexo do Ministério da Saúde, Ala B, 4º andar, reuniram-se os membros da Câmara Técnica de Orientação e Avaliação do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – CT/SIOPS, sob a coordenação do Sr. Carlos Octávio Ocké-Reis, Diretor do Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde (DESID/SE/MS). A Sra. Maria Eridan, Coordenadora Geral substituta da CGES/DESID e Coordenadora do SIOPS, passou a coordenar a reunião após a ausência do Sr. Diretor Carlos Octávio Ocké.

Procedeu-se a entrega do material de apoio composto de: a) Pauta da 91ª Reunião da CT/SIOPS; b) Cópia da minuta da Ata da 90ª Reunião da CT/SIOPS; c) Quadro situacional de entrega dos anos de 2001 até 1º bimestre de 2016, referente à alimentação do SIOPS pelos estados, Distrito Federal e municípios; d) Situação dos entes condicionados pela não aplicação do mínimo constitucional em saúde no exercício de 2015; f) Proposta de Notificação Bimestral Automática do SIOPS.

Com a palavra, a Sra. Maria Eridan Pimenta Neta – coordenadora geral substituta da CGES/DESID – abriu a reunião cumprimentando a todos e propondo uma rodada de apresentação dos presentes, informando o nome e a entidade/órgão que representava. Após as devidas apresentações a Coordenadora Geral-substituta deu início aos pontos da pauta da reunião.

Ponto de Pauta: **Discussão e aprovação da Ata da 90ª CT/SIOPS.**

A Sra. Maria Eridan pôs em discussão e aprovação a Ata da 90ª Reunião Ordinária da CT/SIOPS, ocorrida em 02/02/2016, submetida previamente à análise dos membros da CT/SIOPS. A Ata foi aprovada em todos os seus termos sem questionamentos ou observações.

Ponto de Pauta: **Discussão sobre a proposta de texto de notificação automática que será disparada aos gestores do SUS que não homologarem os bimestrais periodicamente.**

A coordenadora do SIOPS, Maria Eridan, contextualizou a situação quanto ao fato de a Lei Complementar 141, de 2012, (LC 141) ter concedido ao SIOPS o condão de disponibilizar o anexo do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) relativa à Saúde – o que deu ao sistema uma obrigatoriedade bimestral de preenchimento. Por conta disso, os entes devem declarar dados no SIOPS para obter o anexo do RREO relativo à saúde. Mas o que tem sido observado é que essa obrigação não tem sido cumprida a contento: os entes federativos têm utilizado de outros meios que não o SIOPS para disponibilizar o anexo da Saúde do RREO, cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), entretanto, descumprindo a LC 141. Nesse diapasão, a Sra. Coordenadora Geral ressaltou que não existe penalidade direta pela LC 141/2012 por não alimentar o Sistema bimestralmente – a penalidade só ocorre se não forem declarados dados referentes ao 6º bimestre do exercício. O fato de os entes não alimentarem, bimestralmente, o SIOPS, dificulta aos conselhos e a sociedade em geral o acompanhamento da aplicação dos recursos em saúde e da evolução desse gasto dentro do exercício.

Suscitou-se a possibilidade de o próprio sistema bloquear a homologação dos dados de determinado bimestre sem que os dados do bimestre anterior tenham sido homologados (travamento dos bimestrais) – possibilidade sobre a qual não se chegou a um consenso.

Essa situação foi novamente discutida na última reunião da CT-SIOPS, em que restou, como encaminhamento, que o SIOPS possa notificar o ente quanto este não homologar o bimestral,

lembrando-o da obrigação imposta em Lei de se fazer a alimentação bimestral dos dados. Para isso, ficou encaminhado que a coordenação do SIOPS traria proposta de texto que seria disparada automaticamente pelo SIOPS quando vencer o prazo estabelecido em Lei para declaração dos dados do SIOPS (30 dias após o encerramento do bimestre).

Após análise da proposta de texto, alguns membros fizeram considerações e propuseram algumas modificações. A Coordenadora do SIOPS se comprometeu a consolidar as sugestões e encaminhar versão final da notificação para que os membros da CT ratifiquem o texto.

Ponto de Pauta: Apresentação da situação de Restos a Pagar do Ministério da Saúde – Palestrante: Francisco Fúncia – Consultor da Comissão Intersetorial de Orçamento e Financiamento (COFIN) do Conselho Nacional de Saúde.

A coordenadora do SIOPS, Maria Eridan, apresentou o assunto e o que foi debatido na reunião anterior em relação aos restos a pagar (RP). Na oportunidade foi sugerido que a COFIN pudesse fazer uma apresentação dos restos a pagar do Ministério da Saúde para que se possa pensar em alguma estratégia para os estados e municípios. O que se observa é que o governo federal tem problema com RP, logo, por simetria, acredita-se que o mesmo possa ocorrer nos estados e municípios.

A intenção é saber em que medida o sistema pode melhorar o nível de informação, pois hoje já existe tabela sobre controle de RP, no entanto, por ser declaratório o ente pode não informar, logo não é possível acompanhar os cancelamentos dos restos a pagar.

O Sr. Fúncia cumprimentou os membros da CT e explicou que é feito o acompanhamento mensal da execução orçamentária e financeira do MS. As informações extraídas são usadas como subsídio para os relatórios de prestação de contas quadrimestrais e relatórios anuais de gestão. Desde 2014 a COFIN decidiu acompanhar mensalmente a execução financeira dos RP em relação aos seus pagamentos e cancelamentos. A situação dos RP é vista com preocupação, pois são 15 bilhões de reais empenhados e não pagos, mas outro problema que ocorre é a existência de certa estabilização do nível dos restos a pagar, especialmente nos últimos 3 ou 4 anos. No ano de 2015, dos R\$ 100 bilhões empenhados, 15% do orçamento eram RPs. Assim, se for somado o que há de disponibilidade financeira do MS e somar o valor de RP com o que seria disponibilidade financeira para os empenhos do exercício, o resultado será um valor menor que o próprio orçamento de 2016, o que se observa é que os RPs tendem a permanecer ou até mesmo aumentar. O Sr. Fúncia explicou que é preciso analisar qual a viabilidade da execução desses RPs, pois existem restos de anos anteriores a 2013 e os valores podem estar desatualizados, isso provoca uma situação de inviabilidade de execução, nesse caso, se os RPs foram empenhados em um exercício e fizeram parte do computo para aplicação mínima, então o correto seria cancelá-los e compensar esse cancelamento aplicando adicionalmente no ano seguinte ao do seu cancelamento.

Ainda com a palavra o Sr. Fúncia, apresentou os valores dos restos a pagar do MS desde 2003 até 04/04/2016 em que de 15 bilhões inscritos e reinscritos em RP; 28,5% foram pagos; 0,8% foram cancelados e dos que ainda não foram pagos o saldo dos não processados gira em torno de 10 bilhões.

Os membros concluíram que é preciso criar uma estratégia para não agravar mais ainda a situação dos RPs e expor a situação real.

O Sr. Carlos Eduardo salientou que a obrigação de pagar é dos processados, tem-se um saldo grande de não processados e se deve saber se o MS já fez algum tipo de avaliação sobre esse saldo. Ele acrescentou que o MS tem que avaliar o que pode ser pago, entretanto a

Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) não tem condição de fazer esse levantamento sozinha.

Com a palavra, o Sr. Funcia concordou com os membros e ponderou que merecia ser feita uma coordenadoria extraordinária de gestão dos restos a pagar para ter pessoas mobilizadas em fazer contato com os programas e ver o que é viável ou não. Ele acrescentou que até mesmo o Ministério da Fazenda poderia pedir esses dados, por ser algo que aumenta o déficit financeiro e poderia também ajudar na força tarefa.

Com a palavra, a Sra. Eridan abriu a questão de criar um grupo de trabalho (GT) dentro da CT/SOPS para analisar os RP de alguns entes. O trabalho será por amostragem e para definir a amostragem será sorteado um estado e um município. A coordenadora do SIOPS indagou os membros sobre a possibilidade de colocar um representante de cada segmento na composição do GT, logo ficou acordado que o departamento disponibilizará um contador para auxiliar no trabalho, além dele, o CONASEMS decidirá quem irá participar, o CONASS irá indicar um representante, o Sr. Sérgio Piola confirmará sua participação como representante da ABRES, o Sr. Gilson participará representando o Conselho Nacional de Saúde, a STN verificará algum técnico do órgão para participar do GT e ficou confirmada a participação do Sr. Carlos Eduardo, representando o DESID; o Sr. Eduardo representando a SPO e a Sra. Eridan representando o SIOPS. A previsão de início dos trabalhos é maio de 2016.

Ponto de Pauta: Informes gerais:

A Coordenadora do SIOPS, Maria Eridan, passou a palavra para o Sr. Wesley Trigueiro que apresentou os pontos de informes a, b, c e d.

a) Disponibilização e Alimentação dos Sistemas Bimestrais 2015 e 2016;

Informou que a versão de transmissão do 1º bimestre de 2016 do sistema municipal foi disponibilizada em 08/03/2016 e a versão de preenchimento do estadual foi disponibilizada em 10/03/2016, pois houve atraso na entrega do sistema de transmissão, a previsão é colocar na página no dia 08/04/2016.

b) Situação das medidas administrativas da LC nº 141/2012 (Suspensão e Redirecionamento das Transferências Constitucionais);

Em relação à situação das penalidades, foi apresentada a situação do exercício de 2015, em que nenhum estado consta no relatório de entes suspensos, enquanto 52 municípios estão com as transferências constitucionais suspensas por não terem homologado dados do SIOPS. Quanto aos entes condicionados, nenhum estado deixou de aplicar o mínimo. Por outro lado, 16 municípios ficaram condicionados, pois não conseguiram aplicar o percentual mínimo, esses, juntos, resultam em um montante não aplicado de R\$ 10.458.084,00.

Os membros questionaram se houve um aumento dos municípios que não aplicaram o mínimo, a Sra. Eridan esclareceu que houve aumento dos valores não aplicados e que em relação aos outros exercícios 2015 apresentou um menor número de municípios condicionados.

Os membros sugeriram que seja feita uma comparação das receitas arrecadadas nos anos anteriores para saber se o aumento dos valores não aplicados está relacionado com a diminuição da arrecadação.

c) Informações sobre o XXVIII Seminário do NEASIOPS:

Ainda com a palavra, o Sr. Wesley falou do evento realizado em 29 e 30 de março de 2016, comentou a programação, falou do público – que foi constituído por representantes das secretarias de saúde, secretarias de fazenda, COSEMS e servidores do DATASUS de cada estado; por último falou do resultado da avaliação realizada no último dia do evento em que os participantes deram notas em uma escala de 0 a 10. A nota atribuída ao evento de forma geral foi de 8,94; apoio para participação no evento 9,48; desempenho didático 8,71 e programação do evento 8,63. Foi pedido também que avaliassem o apoio prestado pela equipe SIOPS-Brasília aos NEASIOPS, o resultado da média geral foi de 9,32. A Sra. Maria Eridan salientou que o esperado é que os participantes sejam multiplicadores e transmitam o conhecimento, principalmente sobre a nova contabilidade, aos municípios dos seus respectivos estados. O resultado do seminário foi positivo.

A representante do Conselho Federal de Contabilidade parabenizou o formato das apresentações e as atividades propostas no evento.

d) Calendário de Oficinas e Eventos em que a CSIOPS está inserida (Ano 2016);

Foi apresentado o calendário dos eventos em que o SIOPS participou até o mês de Março e divulgado os eventos dos quais o SIOPS participará: Secofem em Curitiba de 04 a 08 de abril, XXX Congresso dos secretários municipais de saúde do estado de São Paulo entre 13 e 15 de abril, Marcha dos Prefeitos em maio, VI Congresso do COSEMS-PI em 05 e 06 de maio e Congresso Nacional do CONASEMS entre os dias 01 e 04 de junho. A Sra. Eridan informou que o SIOPS está oferecendo capacitação no próprio Ministério da Saúde, mediante solicitação do município, além dessa iniciativa, será oferecido um treinamento para atualizar e melhorar o serviço prestado pelo Disque Saúde.

A Sra. Blenda sugeriu que sejam oferecidos pelo Ministério da Saúde outros tipos de eventos do SIOPS. Comentou a iniciativa do CONASEMS de disponibilizar vídeo aula sobre o sistema.

O representante do TCDF falou da facilidade de usar recurso de aulas EAD, assim como é realizado no órgão que ele representa.

e) Reforma Tributária e Beneficiômetro:

O professor Elias Jorge, autor do projeto, não compareceu. Razão pela qual o assunto não foi discutido.

Encaminhamentos Finais

Encaminhar aos membros da CT versão final do texto da notificação dos bimestrais para ratificação;

Definir a amostragem para o GT sobre restos a pagar;

Encaminhar e-mail do material da COFIN, definir os membros e;

Começar em maio os trabalhos sobre RP.

A Sra. Maria Eridan agradeceu a presença e convidou os participantes para a próxima reunião da CT/SIOPS que ocorrerá em 07/06/2016.